

**Muy amigos.** A Associação de Importadores de Veículos prevê que, nos próximos dias, alguns modelos de carros trazidos da Argentina já comecem a faltar em concessionárias. O país vizinho impôs barreiras de importações.



# ECONOMIA



[www.twitter.com/gazetaeconomia](http://www.twitter.com/gazetaeconomia)

[www.agazeta.com.br/economia](http://www.agazeta.com.br/economia)

**Reação.** Perdas totais podem chegar a R\$ 3,5 bi, e governo se movimenta para negociar em Brasília

## Com três pedras no caminho, Estado perde verba e empregos

### Fim do Fundap e mudanças no Fundo de Participação e nos royalties reduzirão investimentos futuros

RITA BRIDI

[rbridi@redegazeta.com.br](mailto:rbridi@redegazeta.com.br)

Engendradas por parlamentares e por integrantes do governo nos gabinetes de Brasília, três propostas, em discussão no Congresso Nacional, preocupam o setor produtivo no Espírito Santo e a instância pública.

São elas: o fim do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), a divisão igualitária dos royalties de petróleo e a mudança no Fundo de Participação dos Estados. Se esses três pontos forem aprovados da forma como desejam seus autores, o Estado poderá ter perda anual superior a R\$ 3,5 bilhões.

Repasse menores acarretam menos investimentos, possibilidade de desemprego e dificuldades financeiras para Estado e municípios, que serão fortemente afetados pela queda na transferência de receita.

las, hospitais, presídios e estradas -, desemprego e perda da competitividade. Programas como o Nossocrédito, que emprestam crédito com juro mínimo, teriam menos recursos.

O Fundo para a Redução das Desigualdades Regionais (FRDR), alimentado com os repasses de 30% do que o Estado recebe com o pagamento pelos royalties do petróleo e gás, também seria prejudicado, porque teria menos dinheiro. No ano de 2010, os repasses para o fundo foram R\$ 47,5 milhões. Neste ano, de janeiro a abril, o valor para distribuir aos municípios totalizou R\$ 23,2 milhões.

#### NEGOCIAÇÃO

A situação do Estado é delicada, reconhece o governador, mas ele demonstra otimismo. Na próxima semana, vai intensificar as conversas com parlamentares e governadores de outros Estados para ampliar o número de aliados ao veto do ex-presidente Lula à emenda Ibsen/Simon. Essa proposta tira R\$ 1 bilhão por ano da receita de royalties de petróleo. Espírito Santo, Rio de Janeiro e São

FÁBIO VICENTINI



**“Fala-se em compensação, mas os valores repassados ao Estado são inferiores ao que ele deixa de arrecadar”**

MAURÍCIO DUQUE  
SECRETÁRIO DE FAZENDA

DIVULGAÇÃO



**“O governo federal tem dificuldade em converter esse relacionamento amigável do Estado em resultados”**

LUCAS IZOTON  
PRESIDENTE DA FINDES

GILDO LOYOLA



**“Estou confiante, mesmo sabendo que o Estado está passando por um momento delicado”**

RENATO CASAGRANDE  
GOVERNADOR DO ES

### A promessa da compensação que nunca vem

Além das três áreas já citadas, o Espírito Santo, acumula, há mais de uma década, elevadas perdas com a desoneração das exportações. Só em 2009, o prejuízo superou a casa dos R\$ 700 milhões. E as perdas se acumulam desde a edição da Lei Complementar nº87/96, a chamada Lei Kandir, que isenta do tributo ICMS os produtos e os serviços destinados à exportação. De acordo com informações da Secretaria Estadual da Fazenda, em 2009, o Estado perdeu R\$ 966 milhões com a desoneração das exportações. Deveria receber esse valor da União, que se comprometeu em compensar os Estados com a isenção da cobrança do ICMS sobre as exportações. O repasse feito em 2009, entretanto, foi de apenas R\$ 221 milhões. O prejuízo passou de R\$ 700 milhões.

# “Por que a União não nos respeita?”

O governador Renato Casagrande vem ocupando parte de sua agenda com viagens e telefonemas para dirigentes e parlamentares de outros Estados. Casagrande já foi convidado a defender as propostas do Estado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

O secretário estadual da Fazenda, Maurício Duque, diz que ainda não é possível definir, com exatidão, os reflexos das perdas para o Estado e os municípios. Mas antecipou o que poderá ocorrer: redução acentuada da capacidade de investimento – o que inclui mais esco-

Paulo caminharão juntos.

A outra linha de atuação é buscar aliados para evitar a aprovação da proposta do governo de unificação da alíquota do ICMS sobre as importações – o que liquidaria o Fundap – para 2014. Espírito Santo defende alíquota de 6% por um período de transição de 12 anos.

Casagrande ouviu do ministro chefe da Casa Civil, Antônio Palocci, que a presidenta Dilma Rousseff tem conhecimento das características da economia capixaba, sabe os prejuízos e deu a garantia de que o Espírito Santo não será prejudicado.

## Presidente da Findes, Lucas Izoton afirma que o tratamento dado pela União aos Estados é desigual

■ O presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), Lucas Izoton, chama a atenção para o tratamento que o governo federal dispensa ao Espírito Santo. Vale descobrir “por que o Es-

pírito Santo não é importante para o governo federal”.

E o descaso da União para com o Estado, segundo ele, pode ser demonstrado por meio de números. Segundo Izoton, anualmente, o Espírito Santo entrega para a União em torno de R\$ 8 bilhões em tributos federais, mas o governo federal só devolve a metade desse valor: R\$ 4 bilhões.

Mas a situação não é a mesma quando se trata do Mara-

nhão, de José Sarney, por exemplo. O Estado entrega ao governo federal R\$ 12 bilhões, e a União lhe devolve o montante de R\$ 10 bilhões. “Os números mostram que o governo federal não trata adequadamente o Espírito Santo, e isso acontece há mais de décadas”, acredita Izoton.

Se a previsão de perda de receita for concretizada, Estado e municípios perdem capacidade de investimento. O reflexo

imediatamente é perda de competitividade e queda do potencial de atração de novos projetos. E tudo isso sem a contrapartida do governo federal, que não executa as obras de infraestrutura fundamentais para manter e ampliar a competitividade do Estado, diz ele.

MAIS FUNDAP EM  
POLÍTICA NA PÁG.

27

## Veja as ameaças ao futuro do Espírito Santo

Fundap, royalties, FPE? Parece uma sopa de letrinhas, mas se trata das riquezas que mantêm o crescimento capixaba



### ■ FUNDAP: PERDA DE R\$ 1,8 BILHÃO COM A REFORMA

- A unificação da alíquota do ICMS vai, praticamente, acabar com o Fundap, que estimula as importações pelos portos capixabas.
- Estima-se em 180 mil o número de empregos gerados no Estado pelas empresas que atuam na cadeia do comércio exterior.

- Os recursos do ICMS sobre as importações são divididos entre o Estado (75%) e os municípios (25%).
- A arrecadação gerada pela operação de importação vai cair: Estado e municípios perdem capacidade de investir
- O programa estadual de microcrédito, Nossocrédito, mantido com recursos destinados pelas empresas fundapeanas, perde dinheiro



### ■ ROYALTIES: PERDA DE R\$ 1 BILHÃO COM O NOVO MODELO DE PARTILHA DE PETRÓLEO E GÁS

- Se o veto do ex-presidente Lula à emenda Ibsen/Simon for derrubado, o repasse dos royalties aos Estados produtores, como é o caso do Espírito Santo, vai cair
- Perdem receita o Estado e os municípios.

Os municípios produtores de petróleo perdem mais ainda, mas continuam com os riscos da exploração, como vazamentos de petróleo

- O Fundo para a Redução das Desigualdades Regionais (FRDR) é alimentado com 30% do que o Estado recebe de royalties. Vai cair o repasse para os municípios que não exploram petróleo, mas recebem dinheiro



### ■ FPE: PERDA DE R\$ 700 MILHÕES COM NOVA DIVISÃO DO DINHEIRO ENTRE ESTADOS

- O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o Congresso faça mudanças nas regras de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE)
- De acordo com a nova forma de distribuição dos recursos, o

Espírito Santo poderá ter perda entre R\$ 400 e R\$ 700 milhões por ano

- As áreas de saúde e de educação têm percentuais definidos de recursos do FPE. A destinação do restante do dinheiro é feita pelo governo
- Deve aumentar o valor para os Estados das Regiões Nordeste e Norte, a partir de 2013